

REPRESENTAÇÕES DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985) NA LITERATURA INFANTIL: PASSOS PARA A FORMAÇÃO DE UM LEITOR LITERÁRIO DECOLONIAL

REPRESENTATIONS OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985) IN CHILDREN'S LITERATURE: STEPS TOWARD THE FORMATION OF A DECOLONIAL LITERARY READER

Vilson Pruzak dos Santos¹

Renata Zucki²

Adrian Matheus Diniz³

Resumo: Neste artigo, analisamos representações da ditadura militar na literatura infanto e juvenil brasileira. Para tanto, comparamos as obras *O Reizinho Mandão* (Rocha, 1997), de cunho alegórico/metafórico a respeito do acontecimento histórico, e *Abaixo a Ditadura!* (Martins, 2004), narrativa híbrida de história e ficção infantil. Nosso estudo se baseia em pesquisa qualitativa e se concentra em uma revisão bibliográfica sobre o tema. Procedemos à análise crítica de conteúdo do *corpus* por meio da teoria literária de Genette (1979), da teoria sobre o romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017; 2023) e de estudos sobre narrativas híbridas de história e ficção infanto e juvenil brasileira (Santos, 2023). Como resultado, destacamos o potencial e a relevância da leitura dessas obras no processo de desenvolvimento de um leitor literário voltado para o pensamento decolonial e a descolonização das mentes, identidades e imaginários latino-americanos.

Palavras-chave: Ditadura militar brasileira. Formação do leitor literário. Leitor literário decolonial. Narrativas híbridas de história e ficção. Literatura infantil brasileira.

Abstract: This article analyzes representations of the military dictatorship in Brazilian children's and young adult literature. To this end, we compare the works *O Reizinho Mandão* (Rocha, 1997), which presents an allegorical/metaphorical approach to the historical event, and *Abaixo a Ditadura!* (Martins, 2004), a hybrid narrative combining history and children's fiction. Our study follows a qualitative research approach and focuses on a bibliographic review of the

¹Doutor em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Cascavel-PR/Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. E-mail: vilsonpruzaksantos@gmail.com/ <https://orcid.org/0000-0003-0753-4008>.

²Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Cascavel-PR/Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. E-mail: profrenatazt@gmail.com. / <https://orcid.org/0009-0005-2080-190X>.

³Mestrando em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Cascavel-PR/Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. E-mail: profadriandiniz@gmail.com. / <https://orcid.org/0009-0006-7963-9844>.

topic. We conduct a critical content analysis of the *corpus* using Genette's (1979) literary theory, Fleck's (2017; 2023) theory on the contemporary mediated historical novel, and studies on hybrid narratives of history and children's and young adult fiction in Brazil (Santos, 2023). As a result, we highlight the potential and relevance of reading these works in the process of shaping a literary reader oriented toward decolonial thought and the decolonization of Latin American minds, identities, and imagination.

Keywords: Brazilian military dictatorship. Literary reader formation. Decolonial literary reader. Hybrid narratives of history and fiction. Brazilian children's literature.

Introdução

A partir de meados dos anos 1970, no Brasil, os livros infantis tornaram-se uma leitura que, mais do que simples divertimento, mostraram-se um fecundo instrumento de formação humana, ética, estética e política, oferecendo “matéria extremamente fecunda para formar ou transformar as mentes” (Soares, 1999, p. 19). Soares (1999), nesta passagem, refere-se à fase do *boom* da literatura infantil e juvenil brasileira, ocorrido durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Para a autora, as obras literárias infantis e juvenis dessa época possuíam identidade própria, ao renovarem estilos e conteúdos, por meio da paródia, da releitura do “mundo fantástico tradicional” das fábulas e das alegorias, da comicidade, da ironia e da irreverência, ou seja, um espaço de prazer e de conhecimento.

Com o processo de redemocratização, após o fim do período ditatorial, é possível constatar um crescente número de obras literárias infantis e juvenis que se constituem em uma forma de resistência ao esquecimento dos anos sombrios vividos durante a ditadura. Como aponta Checchia (2020), as obras literárias antes construídas em meio a uma conjuntura de opressão, hoje procuram transmutar a experiência com a ditadura por meio de registros autobiográficos ou pelo olhar dos excluídos e marginalizados pelo processo histórico, dentre eles, a perspectiva infantil. Tais textos, produzidos no âmbito ficcional (tanto os do período ditatorial, quanto os pós-ditadura), não têm a finalidade de substituir ou revisar os dados oficiais da escrita historiográfica, mas conduzir o leitor a “imaginar aquilo que foi efetivamente vivido por homens e mulheres” (Figueiredo, 2017, p. 29), possibilitando múltiplas leituras acerca do referido período. Ao ressignificar, então, o discurso historiográfico por meio do discurso ficcional, compreendemos, neste processo escritural, que tais obras do âmbito da literatura infantil e juvenil podem ser analisadas como escritas híbridas de história e ficção, cujas bases teóricas e metodológicas decorrem dos estudos sobre o romance histórico contemporâneo de mediação, empreendidos por Fleck (2017, 2023) e Santos (2023).

A partir dessa conjectura, este artigo tem como objetivo central analisar representações da ditadura militar brasileira produzidas no âmbito da literatura infantil, por meio do cotejo de duas obras que versam, de maneiras distintas, sobre o tema: *O reizinho mandão* (1997), de Ruth Rocha – escrita durante o período ditatorial, e *Abaixo a Ditadura!* (2004), de Cláudio Martins – construída pelo autor a partir de memórias sobre este período. Propomo-nos, com isso, a refletir sobre as potencialidades da leitura das obras híbridas de história e ficção infantil e juvenil brasileira, com vistas a contribuir na implementação de propostas de uma formação de leitores literários que possam, gradativamente, construir um caminho de descolonização das mentes, das identidades e do próprio imaginário, isto é, leitores literários decoloniais.

Para tanto, nosso estudo, que se constitui em uma pesquisa qualitativa, foca-se na revisão bibliográfica sobre o tema: procedemos à análise crítica de conteúdo do *corpus* por meio da teoria literária de Genette (1979) e dos estudos das narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras (Santos, 2023; Fleck, 2023), os quais baseiam-se na teoria do romance histórico contemporâneo de mediação, proposta por Fleck (2017). Passemos, então, a esse detalhamento.

Breve contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil

A Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985) foi um dos períodos mais sombrios que o país já teve. Segundo Figueira (2005, p. 376), “em 1964, os militares tomaram o poder e implantaram uma ditadura no Brasil. Muitos direitos constitucionais foram suspensos e substituídos por uma série de medidas de exceção”. Além disso, os militares, para legitimarem tal feito, buscavam enunciar que estavam promovendo uma “revolução” no país. Essa “revolução” tinha como pretexto algumas finalidades como restabelecer a ordem social; conter o avanço do comunismo e da corrupção; e retomar o crescimento econômico (Crotim, 2010).

A partir da instauração do golpe militar, em 1964, o regime de autoritarismo tomou conta do país. Com isso, iniciaram-se a implementação dos Atos Institucionais (AI), os quais limitavam e retiravam direitos civis e políticos, em especial daqueles que eram contra o regime militar. Tais Atos Institucionais surgiram para modificar a Constituição Federal que estava em vigor e buscavam: cassar os mandatos parlamentares; suspender direitos políticos de qualquer cidadão; realizar outras modificações na Constituição; e decretar estado de sítio sem aprovação do Congresso. Assim, os horrores da Ditadura Civil Militar espalhavam-se por todos os cantos do país. Nesse contexto, as perseguições foram intensificadas no Governo do General Médici

(1969-1974). Segundo Cotrim (2010, p. 216),

[...] o governo militar procurou esconder da população o combate violento que moveu contra grupos sociais de diversas tendências políticas, que se opunham à ditadura: liberais, socialistas e comunistas. Com a censura aos meios de comunicação, grande parte da população não ficou sabendo o que acontecia nos porões dos órgãos de segurança pública e em outros locais para onde eram levados os presos políticos.

Nesse sentido, vale destacar que muitos repórteres, jornalistas, artistas, professores universitários, entre inúmeros outros cidadãos, tiveram de fugir do país e viver exilados em outros países. Somente após o fim da Ditadura Civil Militar e com o processo de redemocratização é que muitos puderam regressar ao Brasil.

Esse período tenebroso do passado da sociedade brasileira em vários momentos veio à tona nos últimos anos, por meio de discursos negacionistas e tentativas de ocultação, quando não de exaltação das ações desumanas efetuadas à época. A literatura, como arte que nos humaniza, não se tem eximido de revisitar esse tempo sombrio. Na literatura infantil e juvenil, vemos ações de intelectuais preocupados em manter na memória coletiva do povo esse passado, para evitar que o esquecimento arquitetado possa possibilitar, de algum modo, o retorno a um regime autoritário e antidemocrático em nossa realidade.

A célula de estudos da literatura infantil e juvenil do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”, nesse sentido, deu início, em 2023, à pesquisa conduzida pela professora Renata Zucki, cujos estudos voltam-se a catalogar, classificar e analisar as produções híbridas de história e ficção infantis e juvenis voltadas a essa temática. Os resultados dessa ação constituem o cerne da tese *Ditadura? Sim, houve! Ressignificações do período ditatorial brasileiro na Literatura Infantil e Juvenil* – formação do leitor literário rumo à descolonização no Ensino Fundamental (tese em andamento - 2023-2027). O objetivo maior dessa investigação é de revelar o teor crítico e o potencial decolonial das obras infantis e juvenis híbridas de história e ficção brasileiras sobre a temática da Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985), para a formação de leitores literários decoloniais no Ensino Fundamental.

Desde o início do golpe militar, em 1964, cinco presidentes do escalão militar ocuparam o cargo, sendo eles: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967); Artur da Costa e Silva (1967-1969); Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979); João Figueiredo (1979-1985). Vale lembrar que esses presidentes/ditadores, os quais comandavam o regime político brasileiro cunhado no autoritarismo, até hoje seguem com seus nomes

estampados em placas, eternizados em ruas, escolas, praças, entre outras manifestações de “reconhecimento” e “homenagem”.

Após 15 anos do início da Ditadura Civil Militar, em 1979, as movimentações pela redemocratização tomavam conta do país. Assim, ao assumir o cargo de presidente, João Figueiredo, em 1979, teve de se posicionar em relação à política militar, que já não agradava aos brasileiros, ou à grande parcela da sociedade, e assumir o processo de redemocratização no país.

Um dos marcos do governo de João Figueiredo foi a Lei da Anistia, assinada no mesmo ano de sua posse. Com essa Lei, os exilados puderam regressar ao país, os presos políticos foram libertos, e às pessoas e aos políticos, que tinham perdido seus direitos civis e políticos, foi reabilitada a cidadania. Vale ressaltar que a assinatura de tal Lei foi resultado de um movimento intensivo de vários segmentos da sociedade.

Por fim, em 1985, após um grande movimento civil, conhecido como “Diretas, Já!”, mas desprezado pelo então presidente, João Figueiredo, sem votação direta, repassa a presidência a Tancredo Neves. Contudo, esse, devido à uma enfermidade, acaba falecendo. Assim, o vice-presidente José Sarney assume o cargo de presidente e segue com o processo de redemocratização. Em 1988, atendendo aos diversos partidos políticos e aos setores da sociedade civil, por meio de uma assembleia constituinte, promulga-se a nova, e até hoje vigente, Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã.

O Reizinho Mandão: um universo alegórico/metafórico

A obra *O reizinho mandão* ([1978] 1997), de Rocha, ilustrada por Walter Ono, foi publicada, originalmente, em 1978, durante o ápice da ditadura militar brasileira (1964-1985). Quanto ao conteúdo artístico, a *diegese* tem início com uma voz enunciativa infantil, anunciando que irá recontar um relato que seu avô sempre lhe contava. Este relato gira em torno das ações de um reizinho grosseiro e mandão, que queria ter o controle total de todas as coisas que aconteciam no seu reino. Dessa forma, por não ser personagem da *diegese*, o narrador posiciona-se de maneira mais distante aos acontecimentos que são narrados, em um nível *extradieético*, ou seja, fora do universo das ações *diegéticas* do relato. Isso nos leva a visualizá-lo, pautados em Genette (1979), como um narrador *heterodieético*. Essa construção do narrador confere-lhe um estatuto de grande autoridade em relação àquilo que narra e, ao evocar a figura do avô, reforça-se esse caráter de autoridade, conferindo ao discurso narrativo um tom

memorialista, cuja função é preservar o relato que um dia lhe foi contado, com o intuito de transmitir certo conhecimento às próximas gerações. Ou seja, a voz narrativa infantil outorga aos ensinamentos do avô, o qual personifica a consciência e a experiência de vida, uma condição de verdade e, por isso, decide compartilhar o que aprendeu com ele.

A obra é ambientada em um mundo fantástico, um “lugar muito longe daqui” (Rocha, 1997, p. 3). Portanto, Ruth Rocha parte da realidade vivenciada no período, mas cria uma situação ficcional alegórica e metafórica para ela, denunciando, por meio da personagem reizinho, o abuso de autoridade e o governo dos militares no país. Além disso, a autora utiliza a paródia para subverter a figura tradicional do rei, que geralmente é retratado como justo e bom. No livro, o reizinho é mandão e autoritário, o que contraria as expectativas das crianças em relação às personagens de contos de fadas tradicionais.

Ao fazer uso de metáforas, de alegorias e da paródia, a obra de Rocha deixa para a criança leitora exemplos de como os sistemas ditatoriais são opressores, tiranos e contrários ao que se pode esperar de alguém que se coloque a serviço de sua população. Esse poder de imaginar e fantasiar, mas, também, de analisar criticamente uma dada realidade – mesmo que figurada e alegórica – que obras como essa protagonizaram foi extremamente relevante para as gerações de escritores seguintes ao regime militar. Tais gerações mostraram-se mais conscientes e determinadas em suas ações democráticas também devido ao contato com essas diferentes formas de pensar trazidas pela literatura infantil e juvenil da época. Este é o caso do escritor e ilustrador Cláudio Martins, autor da obra *Abaixo a Ditadura!* (2004), a qual passamos a abordar na sequência.

***Abaixo a Ditadura!:* uma abordagem direta a um tema delicado**

Como vimos, no Brasil, durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), os escritores encontraram, na literatura voltada para as crianças e adolescentes, uma forma de denunciar, por meio do ludismo e de uma linguagem inovadora (metáforas, paródia, alegorias etc.), as diferentes faces e consequências do autoritarismo. Desde o início do processo de redemocratização até os dias atuais, é possível verificar um crescente número de obras literárias brasileiras que abordam o tema. Tais obras constituem-se, portanto, em instrumentos de resistência contra o esquecimento da repressão ditatorial. *Abaixo a Ditadura!* (Martins, 2004) é uma dessas obras.

Escrito e ilustrado por Cláudio Martins, o livro foi lançado em 2004 e relata, de forma direta, mas lúdica e bem-humorada, a experiência vivida por uma família simples de trabalhadores durante o período da Ditadura Civil Militar Brasileira. O ponto de partida da *diegese* é a caracterização da protagonista feita pelo narrador: uma avó bastante consciente, que luta por seus direitos frente às injustiças do dia a dia. O narrador, neste caso, apresenta-se como neto da personagem protagonista e se constitui, portanto, como personagem do universo das ações diegéticas relatadas. Contudo, a sua atuação é secundária na obra, pois são as ações da avó que determinam o protagonismo no relato. Isso nos leva a verificar, fundamentados em Genette (1979), um narrador *homodiegético*, por ser ele uma personagem secundária, testemunha das ações da avó, a qual se constitui como protagonista das ações diegéticas.

Por ser uma escrita híbrida de história e ficção, o narrador de *Abaixo a Ditadura!* (2004), ao se mostrar personagem da *diegese*, imprime um tom de credibilidade ao passado por ele relatado, com base em suas memórias de infância. Essa credibilidade é reforçada quando o narrador descentraliza suas ações e confere o protagonismo do relato à sua avó, a qual representa a experiência e o conhecimento de mundo acerca da situação por eles vivida. Ou seja, de forma semelhante à obra *O reizinho mandão* (Rocha, 1997), a relação entre neto-narrador (que assume a voz infantil) e a avó-protagonista (que personifica a consciência e a resistência) nesta obra transmite aos leitores infantis e juvenis, e mesmo aos adultos, verdadeiros sentimentos de confiança, que os aproximam do discurso do texto.

Neste ponto, apontamos que nossa concepção de narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil está pautada no conceito desenvolvido por Santos (2023), com base em seus estudos do romance histórico contemporâneo de mediação de Fleck (2017), Sendo:

[...] tessituras literárias que mesclam elementos oriundos da história – personagens de extração histórica, que são ficcionalizadas; acontecimentos do passado, que são recuperados como elementos temporais ou espaciais dos relatos; fontes e documentos históricos, que são incorporados aos relatos ficcionais por meio da intertextualidade, entre outros possíveis materiais provenientes do campo da historiografia [...], como ocorre, também, no romance histórico para adultos [...]. Nesses relatos híbridos, a ficção, com sua potencialidade de linguagem conotativa, costuma preencher os espaços vazios deixados pela historiografia tradicional (Santos, 2023, p. 88).

Nessa nossa menção aos estudos de Santos (2023), fica claro que as narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis, segundo defende também Fleck (2023, p. 31), “[...] em linhas gerais, obedecem aos mesmos paradigmas da hibridação entre história e ficção em relatos literários que se aplicam ao romance histórico”. Contudo, não são consideradas “romances históricos”, porque, majoritariamente, não atingem, pelo público-alvo ao qual se destinam, a

dimensão de um relato romanesco. Nesse contexto, faz-se necessário voltarmos nosso olhar para a pesquisa desenvolvida por Santos (2023)⁴ sobre os grupos, as fases e as modalidades das narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras.

O autor aponta, a partir de sua catalogação e sistematização, que existem dois grupos distintos de narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras: o primeiro voltado aos relatos híbridos infantis e juvenis acríticos. Esse grupo trata-se de uma produção mínima (duas obras) na fase inaugural que, nas décadas de 1940 e 1950, instaurou essa corrente híbrida no universo literário infantil e juvenil no Brasil ao recriar, apologeticamente, as ações dos bandeirantes na conquista do território pertencente aos povos originários do Brasil. Essas obras, contudo, tiveram maior projeção em sua reedição, em 1973, na *Coleção Vaga-lume*. Essa parca produção inaugural infantil e juvenil acrítica de narrativas híbridas de história e ficção coincide com a tradição brasileira do cultivo da modalidade tradicional do romance histórico, em voga desde o romantismo aos nossos dias. Contudo, ela difere, cronologicamente, dos movimentos de renovação da nova narrativa latino-americana (1940) no contexto da América Hispânica, que, a essa época, começa a implementação da produção de obras críticas/desconstrucionistas. Tais produções acríticas de narrativas híbridas infantis e juvenis, mesmo em menor escala que as que buscam ressignificar o passado, acompanham a trajetória do gênero desde sua instauração até nossos dias.

O segundo grupo, segundo o autor, refere-se aos relatos híbridos de história e ficção infantis e juvenis críticos. Santos (2023) pontua que essa produção crítica no âmbito infantil e juvenil coincide, cronologicamente, com a implementação da terceira fase do romance histórico. Isso estabelece, também, o diálogo do romance histórico mediador com as narrativas híbridas críticas/mediadoras infantis e juvenis brasileiras, cuja expressividade ocorre, igualmente, na década de 1980. A consolidação dessa vertente infantil e juvenil crítica/mediadora se dá a partir do ano de 2000, sendo sua produção, no século XXI, recorrente, expressiva e sobressalente frente à tradicional, exaltadora do passado e das expressões mais críticas, com tendência à desconstrução. (década de 1980, na América Hispânica, e 1990, no Brasil). Essa produção crítica no âmbito infantil e juvenil coincide, cronologicamente, com a implementação da terceira fase do romance histórico. Isso estabelece, também, o diálogo do romance histórico mediador com as narrativas híbridas críticas/mediadoras infantis e juvenis

⁴ SANTOS, Vilson Pruzak dos. Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil no Brasil: as ressignificações do passado como vias de descolonização na formação leitora. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2023. p. 196-198. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6855>. Acesso em: 25 fev. 2026.

brasileiras, cuja expressividade ocorre, igualmente, na década de 1980. A consolidação dessa vertente infantil e juvenil crítica/mediadora se dá a partir do ano de 2000, sendo sua produção, no século XXI, recorrente, expressiva e sobressalente frente à tradicional, exaltadora do passado e das expressões mais críticas, com tendência à desconstrução.

Além disso, Santos (2023), ao comparar as obras catalogadas, verifica que há três modalidades diferentes de narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras, sendo elas:

a) *Narrativas híbridas tradicionais*: Compreende um conjunto de produções que renarrativiza o passado com o intuito de corroborar a versão da historiografia tradicional, edificar e erigir imagens de heróis, exaltar ações de colonizadores e “conquistadores” na posse da terra e subjugação dos povos originários ou, mais recentemente, fazer de homens do passado e suas ações, modelos ao leitor do presente. Tais produções infantis e juvenis seguem, em grande parte, os padrões consagrados na escrita da modalidade tradicional do romance histórico para leitores adultos no cenário latino-americano, cujo objetivo é ensinar, por via da arte literária, a versão hegemônica da história tradicional ao leitor.

b) *Narrativas híbridas críticas/mediadoras*: abrange um conjunto de obras que, ao reler o passado, busca questionar aspectos consignados na escrita historiográfica tradicional em relação à ação dos colonizadores, “conquistadores”, ou mesmo de sujeitos exaltados e mitificados no discurso historiográfico, hegemônico, por meio do emprego de perspectivas negligenciadas, menosprezadas ou, mesmo, silenciadas no processo de registro dos eventos do passado. Essas narrativas aproximam-se das peculiaridades que compõem a modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação na produção híbrida destinada ao público adulto. Sua implementação dá-se de modo concomitante no cenário das produções infantis e juvenis no Brasil e no do romance histórico latino-americano do pós-boom, que abandona os experimentalismos e desconstrucionismos da fase do boom para implementar a fase crítica/mediadora.

c) *Narrativas híbridas críticas com tendência à desconstrução*: Conjunto de narrativas infantis e juvenis do final do século XX e início do século XXI, cujas técnicas escriturais e os recursos narrativos tendem à criticidade que leva à desconstrução tanto do discurso histórico tradicional quanto das imagens heroicizadas das personagens de extração histórica inseridas na tessitura escritural. São obras que privilegiam a ironia, a carnavalização, a paródia, a dialogia, as intertextualidades, a heteroglossia, o emprego de recursos metaficcionais, uma manipulação temporal mais anacrônica. Tais obras chegam a se aproximar, em muitos casos, das tendências

desconstrucionistas dos novos romances históricos do âmbito da produção romanesca híbrida para o público adulto.

Com base no estudo desenvolvido pelo autor, é possível compreender como as tessituras narrativas híbridas de história e ficção são delineadas. Além disso, ele nos dá suporte para verificarmos a intenção escritural da obra em tela *Abaixo a Ditadura*, de Martins (2004).

O conflito da *diegese* é desencadeado por uma mordida do cachorro da família do narrador em um vizinho, o qual era filho de um militar. Essa ação imprevista leva toda a família à prisão. Lá, todas as personagens – o pai, a mãe, o irmão, a irmã e a avó – são interrogados e presenciam os desmandos desmedidos dos militares. É no momento em que o irmão do narrador é agredido por um dos militares, por ter questionado um sargento, que a vovó protagonista decide impor-se contra a situação vivenciada. Ela enfrenta essa realidade de uma forma bastante inusitada: com sua dentadura luta contra a ditadura, mordendo, ferozmente, os agressores, que desistem de aprisioná-los e mandam a família de volta para casa. “Era a dentadura contra a ditadura!” (Martins, 2004, *s/p.*)

Também é relevante destacar, aqui, mais uma aproximação entre as duas obras deste *corpus*. Se em *O reizinho mandão* (Rocha, 1997) o comportamento e as leis que o reizinho promulgava (os quais representavam, indiretamente, o governo militar) beiravam a tolice – como observamos na passagem: “Fica terminantemente proibido cortar a unha do dedão do pé direito em noite de lua cheia” (Rocha, 1997, p.8), entre outras –, em *Abaixo a Ditadura!* (Martins, 2004), por meio da comicidade e da ironia, a voz enunciativa revela quão absurda era a ânsia destes militares no poder em controlar a todos. Isso aproxima a figura do censor a de sujeitos estúpidos, que chegam a ser engraçados na sua ignorância.

Ressaltamos, ainda, que o narrador-protagonista faz questão de frisar a simplicidade, a humildade de sua família, tal qual a grande maioria das famílias brasileiras: pais trabalhadores que criam seus filhos com modéstia. Assim, esse discurso ressignificado do passado pela ficção, narrado na voz da criança que dá espaço às personagens excluídas da História, possibilita ao leitor mirim “uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história, da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história” (Sharpe, 1992, p. 54).

Ao dar centralidade, então, à voz enunciativa infantil no contexto direto da ditadura militar, a obra *Abaixo a Ditadura!* (Martins, 2004) abre espaço para que o discurso infantil da inocência e do encantamento, que continuava a ser inferiorizado na sociedade da época, seja sobreposto à postura violenta e opressora do regime militar. Isto é, a visão de um segmento inferiorizado na sociedade dominante da época é colocada em evidência. De acordo com Sharpe

(1992), na história vista de baixo, os relatos de pessoas antes consideradas marginalizadas têm o objetivo de “servir como um corretivo à história da elite” (Sharpe, 1992, p. 53), oportunizando, assim, uma rica alternativa ao discurso historiográfico oficializado e hegemônico.

Oportunizar essa conscientização a leitores em fase de formação, pelo olhar infantil/juvenil, e, sobretudo, valorizar, nesse contexto, as figuras deixadas de lado pela historiografia tradicional rankeana – a criança/adolescente – são atos que revelam os propósitos do pensamento decolonial⁵. A escrita, a edição e a publicação de uma obra híbrida de história e ficção destinada a esses leitores, bem como sua leitura, visam construir uma memória coletiva mais justa e abrangente sobre o período ditatorial na história brasileira (1964-1985). Este processo revela o “giro decolonial”⁶, uma vez que a decolonialidade questiona as hierarquias de poder, as narrativas dominantes e as práticas que perpetuam a marginalização e a opressão de grupos sociais inferiorizados em espaços anteriormente colonizados, buscando alternativas que promovam justiça, igualdade e diversidade.

Considerações finais

Neste texto, examinamos as obras *O reizinho mandão* (Rocha, 1997) e *Abaixo a Ditadura!* (Martins, 2004), destacando alguns pontos de aproximação quanto às estratégias escriturais. Entretanto, elas divergem quanto à abordagem ao fato histórico da ditadura, pois, enquanto *Abaixo a Ditadura!* (Martins, 2004) apresenta dados identificadores específicos e diretos de tempo e espaço acerca do período ditatorial brasileiro expressos na tessitura narrativa, *O reizinho mandão* (Rocha, 1997) remete ao momento histórico apenas de modo alegórico, ou seja, faz inferências metafóricas ao evento histórico da ditadura, sem mencioná-lo explicitamente na tessitura narrativa (Fleck, 2023).

⁵ Destacamos, aqui, que entendemos a decolonialidade, como é concebida por Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), ou seja, como o segundo processo de descolonização ainda necessário aos países da América Latina, já que a primeira descolonização (iniciada no século XIX pelas colônias espanholas e seguida, no XX, pelas colônias inglesas e francesas) foi incompleta, dado que se limitou à independência jurídico-política das periferias. Já a segunda descolonização – a qual os autores denominam decolonialidade – diz respeito ao campo ideológico que é remanescente da colonização. É nesse sentido que analisamos, então, a obra elencada, visando à formação de leitores literários conscientes de seu passado e das reminiscências ideológicas coloniais em nossa sociedade atual.

⁶ Segundo Mignolo (2007, p. 29-30), o giro decolonial representa a abertura e a liberdade para o desenvolvimento de novos modos de pensamento e formas alternativas de vida (como economias e teorias políticas alternativas) que não as impostas pelo processo de colonização. Trata-se do afastamento da retórica da modernidade/civilidade e de seu imaginário imperial, articulado na retórica da democracia que implementou a colonização. O pensamento decolonial tem como propósito e objetivo a decolonialidade do poder, ou seja, a desconstrução da matriz colonial de poder.

Assim, compreendemos que, pautados nos estudiosos das narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis (Santos, 2023; Fleck, 2023), a obra de Ruth Rocha é considerada uma narrativa híbrida alegórica, caracterizando-se pelo seu universo mágico que quer conduzir o leitor a desejar uma realidade contrária àquela imposta pela personagem reizinho mandão, ou seja, uma realidade livre da opressão, do medo e dos caprichos de um governante. Já a obra de Cláudio Martins apresenta um retrato direto sobre o que foi ser criança durante os anos duros da ditadura militar, pois como relatado no princípio deste artigo, a literatura atua refletindo como esses sujeitos são vistos em determinadas conjunturas. No contexto de suspensão de direitos democráticos, nem mesmo as crianças foram poupadas das intervenções arbitrárias, o que se evidencia por meio das situações a que foram submetidas, como as fraturas familiares e o direito da própria infância plenamente livre.

Além disso, é de suma importância que os docentes, antes de mediar uma narrativa híbrida de história e ficção infantil e juvenil brasileira, conheçam as teorias atuais sobre tais narrativas. Essas teorias são fundamentais para que o professor seja um agente decolonial, fazendo de sua atuação em sala de aula um espaço de reflexões e de resistência à colonialidade na qual insiste em aprisionar as mentes, as identidades e o imaginário dos leitores hodiernos.

Dessa forma, reiteramos que consideramos as obras, especialmente a narrativa híbrida de história e ficção, fontes potenciais para a formação de um leitor literário decolonial, conhecedor de seu passado e das suas consequências no presente, que, gradativamente, possa desvencilhar-se de estereótipos e das “verdades absolutas” perpetradas pelas escritas oficializadas pelo poder colonialista, as quais ainda circulam com profusão em nossas sociedades latino-americanas hodiernas.

Referências

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Central – Iesco; Pontificia Universidad Javeriana – Instituto Pensar; Siglo del Hombre, 2007.

CHECCHIA, Cristiane. Fronteiras e esquecimento: Noite dentro da noite, de Joca Reiners Terron. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 60, p. 1-10, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/30764>. Acesso em: 29 ago. 2025.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral**. Manual do professor. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura**. Rio de Janeiro: 7 Letra, 2017.

FLECK, Gilmei Francisco. **O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção**. Curitiba: CRV, 2017.

FLECK, Gilmei Francisco. Leituras de narrativas híbridas de história e ficção: A formação do leitor literário decolonial no Ensino Fundamental. In: FLECK, Gilmei Francisco; CORBARI, Clarice Cristina (Orgs.). **Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras: leituras**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 13-61.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. 1. ed. em Português. Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Arcádia, 1979.

MARTINS, Cláudio. **Abaixo a Ditadura!**. Ilustrações do autor. São Paulo: Paulus. 2004.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial**. Tradução de Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

ROCHA, Ruth. **O rezinho mandão**. São Paulo: Quinteto editorial, 1997.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-63.

SANTOS, Vilson Pruzak dos. **Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil no Brasil: as ressignificações do passado como vias de descolonização na formação leitora**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2023.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. EVANGELISTA, Aracy et al. **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.